



**PAUTA APROVADA EM ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA
REALIZADO EM 23 DE OUTUBRO DE 2024**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MARINGÁ**

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO PARA O ANO DE 2024/2025

1) PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho será de **1 (um) ano** com início em **01 de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025**.

2) CATEGORIAS ABRANGIDAS

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá as Categorias dos Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico, representados pela Entidade acima citada, em toda a sua base territorial que tenham vínculo empregatícios enquadrados no 14º Grupo a que se refere o Anexo, do artigo 577, da CLT e do Plano da CNTI/CNTM em consonância ao artigo 511 da Consolidação das Leis Trabalhistas, e ainda, os da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios, em suas respectivas bases territoriais.

§ 1º- Fica assegurada também por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a abrangência de todos os integrantes das categorias descritas acima, nas seguintes cidades, a saber: ALTO PARANÁ, AMAPORÃ, ÂNGULO, ARARUNA, ASTORGA, ATALAIA, BARBOSA FERRAZ, BOA ESPERANÇA, BOM SUCESSO, CAMPINA DA LAGOA, CAMPO MOURÃO, CIANORTE, CIDADE GAUCHA, COLORADO, CORUMBATAÍ DO SUL, CRUZEIRO DO SUL, DIAMANTE DO NORTE, DOUTOR CAMARGO, ENGENHEIRO BELTRÃO, FAROL, FÊNIX, FLORAÍ, FLORESTA, FLÓRIDA, GUAIRAÇA, GUAPOREMA, GOIOERÉ, IGUAARAÇU, INAJÁ, INDIANÓPOLIS, IRETAMA, ITAGUAJÉ, ITAMBÉ, ITAÚNA DO SUL, IVATUBA, JANDAIA DO SUL, JAPURÁ, JANIÓPOLIS, JARDIM OLINDA, JURANDA, JUSSARA, LOANDA, LOBATO, LUIZIANIA, MAMBORÊ, MANDAGUARI, MANDAGUAÇU, MARIALVA, MARILENA, **MARINGÁ - (SEDE)**; MIRADOR, MOREIRA SALES, MUNHOZ DE MELO, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, NOVA CANTU, NOVA ESPERANÇA, NOVA LONDRINA, NOVA TEBAS, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, OURIZONA, PAIÇANDU, PARAÍSO DO NORTE, PARANACITY, PARANAPOEMA, PARANAVAÍ, PEABIRÚ, PITANGUEIRAS, PLANALTINA DO PARANÁ, PORTO RICO, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, QUARTO CENTENÁRIO, QUERÊNCIA DO NORTE, QUINTA DO SOL, RANCHO ALEGRE DO OESTE, RONCADOR, RONDON, SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SANTA ISABEL DO IVAÍ, SANTA MONICA, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, SANTO INÁCIO, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, SÃO JORGE DO IVAÍ, SÃO MANOEL DO PARANÁ, SÃO PEDRO DO IVAÍ, SÃO PEDRO DO PARANÁ, SÃO TOMÉ, SARANDI, TAMBOARA, TAPEJARA, TERRA BOA, TERRA RICA, TUNEIRAS DO OESTE, UBIATÃ E UNIFLOR.

3) MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS PREEXISTENTES:

Manutenção das cláusulas preexistentes na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024, tal como se encontram exceto as que na sequência, as cláusulas econômicas e sociais enumeradas abaixo que sofrerem alterações em razão das solicitações, para que as mesmas possam ser interpretadas e cumpridas, de maneira correta entre todas as partes.

4) CLÁUSULAS ECONÔMICAS – reajustes solicitados a PATRONAL – EMPRESAS EMPREGADORAS

Cláusula Nº 3 – CORREÇÃO SALARIAL:

Os salários dos empregados, da categoria profissionais acima descritas serão majorados a partir de 1º de dezembro de 2024, com INPC do período dos últimos 12 meses até o encerramento das negociações com a classe patronal, nesta data em **4,09% INPC/IBGE + previsão do PIB 2024 – 3,40%**, de aumento real, com garantia mínima de **8% (oito por cento)** para sustento digno do



PAUTA APROVADA EM ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA REALIZADO EM 23 DE OUTUBRO DE 2024

trabalhador, a ser aplicado integralmente sobre os salários vigentes a partir data de 01/12/2024, respectivamente, já que estão sendo atendidos os termos da legislação vigente.

O reajuste salarial será aplicado integralmente (100%) até o valor de R\$10.000 (dez mil reais), independentemente da remuneração do trabalhador. O valor que exceder de R\$10.000,00 (dez mil reais) será de livre negociação entre as partes.

Cláusula N°4 – PISO SALARIAL:

A partir de **1° de dezembro de 2024**, o piso salarial da categoria “de entrada” deverá ter seu reajuste em mesa de negociação, levando em consideração o custo apurado para a cesta básica, em determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deva ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer, e previdência. Estima-se que mensalmente o valor do piso mínimo da categoria necessário é de **R\$2.500,00** (dois mil e quinhentos reais).

Alteração do parágrafo único + inclusão de parágrafos:

§1° – As empresas assegurarão a igualdade de recebimento de salários, comissões, extras, e, todos os benefícios concedidos aos empregados que desempenham a mesma função e mantiverem a produtividade, de acordo com o previsto nos arts. 460 e 461 da CLT e seus parágrafos, independentemente de discriminação em razão do sexo, raça, idade, nacionalidade, estado civil ou orientação sexual.

§2° – As empresas, obrigatoriamente, obedecerão às disposições contidas na Lei nº 14.611/2023, promulgada no dia 03/07/2023, bem como o Decreto nº 11.795, de 23/11/2023, em consonância com a Portaria nº 3.714, de 24/11/2023, que regulamenta o Decreto, no que diz respeito a mecanismos de transparência salarial e critérios remuneratórios.

§3° – Os empregados sem registro em CTPS e/ou desprovidos de qualificação profissional, sem qualquer registro em CTPS, que tenham sido admitidos a partir de 01 de dezembro de 2024, será garantida a percepção do salário equivalente a 80% (oitenta por cento) do piso salarial da categoria, por um período máximo de 12 (doze) meses.

§4° – **ABONO ESPECIAL** – As empresas concederam em caráter especial, em razão do reajuste salarial fora da data base de 01/12/2024, a todos os trabalhadores da categoria, com registro em CTPS até o dia 01 de julho de 2024, um abono especial correspondente a 30% (trinta) por cento do piso da categoria, que deverá ser pago até o dia 30 de julho de 2025, em caráter indenizatório, sem quaisquer repercussões nas verbas salariais dos trabalhadores. Em caso de desligamento/demissão pelo empregador, o valor indenizatório deverá ser pago em conjunto ao TRCT de forma integral.

Cláusula nº5 – CONCESSÃO DA CESTA BÁSICA

A Concessão da Cesta Básica já existente deverá ser atualizada para o valor de **R\$405,00** (quatrocentos e cinco reais), com base nos reajustes dos alimentos e nas necessidades dos trabalhadores. Atualmente, o valor de uma cesta básica completa perfaz no Estado do Paraná o valor de **R\$834,74** (oitocentos e trinta e quatro reais, setenta e quatro centavos), conforme projeto lei Assembleia Legislativa do Paraná.

A inserção das seguintes letras na cláusula:

a) Ao trabalhador associado da Entidade Sindical o valor da cesta básica será assegurado o valor mínimo de **R\$600,00** (seiscentos reais);

b) Ao trabalhador da categoria e não associado da Entidade Sindical o valor da cesta básica será assegurado o valor mínimo de **R\$405,00** (quatrocentos e cinco reais);

5) CLÁUSULAS SOCIAIS E DEMAIS – das Alterações de cláusulas solicitadas a PATRONAL

Cláusula nº6 – PAGAMENTO DE SALÁRIO

A inserção do seguinte parágrafo na cláusula:

PAUTA APROVADA EM ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA REALIZADO EM 23 DE OUTUBRO DE 2024

§ ÚNICO – Estabelece-se multa de 10% (dez por cento) sobre o valor líquido da remuneração, na hipótese de atraso no pagamento de salário de até 10 (dez) dias corridos, e de 2% (dois) por mês no período subsequente, em favor do trabalhador lesado. (Precedente Normativo nº 72, TST).

Cláusula nº18 – OPÇÃO PELO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS

A inserção do seguinte parágrafo na cláusula:

§ 4 – Fica garantido a todos trabalhadores da categoria uma estabilidade de 30 (trinta) dias após o retorno das férias.

Cláusula nº24 – AUSÊNCIAS LEGAIS

Alteração do texto nos seguintes termos:

Letra A – **03 (três) dias consecutivos, após a data de óbito**, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que declara em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica. Entenda-se por ascendentes, pai, mãe, avós, e por descendentes, filhos e netos, na conformidade da lei civil.

Letra C – O empregado que contrair matrimônio terá direito a 03 (três) dias úteis consecutivos, **após a data de casamento**, sem prejuízo de salário, avisando previamente a empresa e mediante apresentação da competente certidão de casamento.

Letra D – Por 05 (cinco) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho **e/ou adoção**.

Letra E – **Pelo tempo necessário no caso de internação de cônjuge ou de filhos, coincidente com a jornada de trabalho, quando houver impossibilidade do outro cônjuge ou companheiro efetuar-la, mediante posterior comprovação da data da internação;**

Letra H – Por 02 (dois) dias por ano para acompanhar filho de até 06 (seis) anos em consulta médica, podendo ser dividido em até 04 (quatro) períodos, desde que previamente informado a empresa.

A inserção da seguinte letra na cláusula:

I) Aos empregados responsáveis por menores cursando o 1º e 2º graus, quando convocados para reuniões escolares a se realizarem em horário coincidente com o de sua jornada de trabalho, terão abonadas as horas de ausência ao trabalho, apresentando à empresa a convocação da escola.

Cláusula nº55 – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS (LTCAT) E LAUDO DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

A inserção da seguinte letra na cláusula:

C) As empresas que não possuem **LIP** – Laudo de Insalubridade e Periculosidade e **LTCAT** – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (OBRIGATÓRIO POR LEI), deverão pagar aos seus trabalhadores em atividades de risco da categoria o valor do teto máximo de insalubridade, ou seja, o valor de 40% calculados sobre o salário mínimo nacional, nos termos de lei.

Cláusula nº62 – HOMOLOGAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Alteração do texto nos seguintes termos:

Fica estabelecido que para as rescisões, cujo contrato de trabalho tenha mais de 01 (um) ano de duração, a homologação deverá ser realizada no respectivo sindicato profissional da categoria sob pena de multa no valor do piso da categoria por rescisão, sendo este valor revertido ao trabalhador. Parágrafo único – O ato de assistência pelo Sindicato Profissional na rescisão contratual será sem ônus para os trabalhadores e para quaisquer empresas da categoria, desde que estejam sem quaisquer dívidas e/ou taxas com o SINDMETALURGICOS, podendo inclusive, ser realizado através de sistemas virtuais e/ou similares nas redes de internet, mediante agendamento com prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

PAUTA APROVADA EM ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA REALIZADO EM 23 DE OUTUBRO DE 2024

Cláusula nº67 – CONTRIBUIÇÕES DE NATUREZA CONVENCIONAL

Alteração do texto nos seguintes parágrafos, conforme definido em Assembléia da Categoria.

§ 1º – Será descontado a título de contribuições de natureza convencional, a todos beneficiados pelo presente instrumento coletivo, o percentual de 1% (um por cento) da remuneração bruta anual, inclusive 13º (décimo terceiro) salário. O referido desconto será fracionado em 13 (treze) parcelas mensais de 1% (um por cento) ao mês da remuneração bruta mensal de cada trabalhador, associado ou não por esta Entidade.

...

§ 5º – Excetua-se do desconto os empregados cuja contribuição sindical seja, na forma da legislação vigente, devidamente recolhida para Entidade Sindical representativa de categoria profissional diversa das convenientes (categorias diferenciadas), os que forem excluídos por decisão de Assembleia, ou que apresentarem termo de oposição (CARTA DE OPOSIÇÃO), nos termos abaixo descrito.

§ 6º - Faculta-se aos empregados não associados a oposição (CARTA DE OPOSIÇÃO) ao desconto em folha de pagamento da contribuição convencional/negocial, a qual necessariamente dar-se-á no prazo improrrogável e irretroatável de 20 à 31 de janeiro de 2025. A oposição será realizada de forma individual, mediante apresentação de requerimento manuscrito, pelo empregado opositor, de Carta de oposição e devidamente assinada, diretamente na sede do SINDMETALÚRGICOS – Maringá/PR, ou nas Sub-Sedes nas Cidades de Campo Mourão, Cianorte ou Loanda, da qual deverá constar necessariamente o nome completo do empregado, cópia de documento oficial com foto e assinatura legível, cópia da CTPS, constando o registro atual, podendo ser a CTPS digital. Assim, seguem os requisitos obrigatórios na carta de oposição pelo trabalhador:
1) requerimento individual e manuscrito pela exclusão da contribuição de natureza convencional, com assinatura idêntica ao documento oficial apresentado e/ou firma reconhecida da assinatura; 2) cópia de documento oficial com foto e assinatura legível; 3) cópia de carteira de trabalho constando o registro da empresa empregadora (físico ou digital). O trabalhador que apresentar a carta de oposição declara e reconhece que não quer a representatividade pelo Sindicato da Categoria Profissional – Sindmetalúrgicos.

§ 7º - A Carta de oposição poderá ser enviada INDIVIDUALMENTE PELO TRABALHADOR DA CATEGORIA por meio postal com AR - aviso de recebimento discriminando o conteúdo da correspondência, considerando-se a data de postagem como sendo da apresentação da oposição, no prazo supra citado do §6º, diretamente para a sede do SINDMETALÚRGICOS – Maringá/PR, contendo os requisitos obrigatórios na carta de oposição pelo trabalhador: 1) requerimento individual e manuscrito pela exclusão da contribuição de natureza convencional, com assinatura idêntica ao documento oficial apresentado e/ou firma reconhecida da assinatura; 2) cópia de documento oficial com foto e assinatura legível; 3) cópia de carteira de trabalho constando o registro da empresa empregadora (físico ou digital). O trabalhador que apresentar a carta de oposição declara e reconhece que não quer a representatividade pelo Sindicato da Categoria Profissional – Sindmetalúrgicos.

§ 8º - Empregados admitidos no curso da vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho após o prazo citado no § 6º, bem como aqueles que estejam com seus contratos de trabalho suspensos, a que título for, não poderão apresentar oposição ao Sindicato durante a vigência da CCT 2024/2025.

§ 9º - A Entidade Sindical Profissional - SINDMETALÚRGICOS, após os prazos estipulados no §6º, ficará responsável no prazo de 15 (quinze) dias úteis, de informar e enviar através de e-mail as EMPRESAS/EMPREGADORES a relação dos funcionários/trabalhadores que foram aceitas a oposição (CARTA DE OPOSIÇÃO), para assim não proceder quaisquer descontos a título de contribuição convencional/negocial em folha de pagamento. Enquanto as EMPRESAS/EMPREGADORES não receberem a relação dos opositores deferidos/aceitos pelo Sindicato, deverão realizar os descontos previstos no §1º supra.

Cláusulas nº 72 // 73 // 78 – COMPENSAÇÃO AOS SÁBADOS // BANCO DE HORAS // PLR A inserção do seguinte parágrafo nas referidas cláusulas:

PAUTA APROVADA EM ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA REALIZADO EM 23 DE OUTUBRO DE 2024

§ – As empresas pagarão a Entidade Sindical o valor de 2% sobre o piso da categoria vigente, por trabalhador representado no respectivo instrumento de acordo coletivo, ora assinado pelas partes.

6) INSERÇÕES DE CLÁUSULAS NOVAS

6.1 FERIADO DE CORPUS CRHIST

Fica instituído como FERIADO o dia de CORPUS CRHIST em toda base territorial do Sindicato Profissional.

6.2 SEGURO DE VIDA

As empresas deverão fazer seguro de vida a todos os funcionários em seus quadros de registro, inclusive funcionários terceirizados e/ou MEI, sendo garantido uma indenização por morte natural, acidentária ou especial, assistência funeral individual e/ou familiar, invalidez total ou parcial, no valor mínimo da somatória dos prêmios de 10 (dez) pisos da categoria vigente.

6.3 VALE COMBUSTÍVEL/ TRANSPORTE

O vale transporte será concedido na forma da Lei, autorizado o desconto salarial respectivo até o limite de 6% (seis por cento) do salário básico ou vencimento do empregado, declarada expressamente a natureza não salarial do benefício.

§1º – Aos empregados será facultada a opção pelo recebimento do Vale Combustível em substituição ao recebimento do vale transporte e em valor igual ao do vale-transporte a que faria jus para deslocamento casa-trabalho-casa, respondendo o empregado pela veracidade das informações prestadas relativas à quantidade de vales de que necessita, nos termos do parágrafo único do artigo 2º combinado com o disposto no parágrafo terceiro do artigo 7º, ambos do Decreto nº. 95.247/87.

§2º – O empregado interessado deverá manifestar por escrito o seu interesse ao recebimento do presente benefício em substituição ao recebimento do vale transporte.

§3º – O acordo do Vale Combustível em substituição ao recebimento do vale transporte deverá ser protocolado no Sindicato Profissional.

§4º – O presente benefício não terá natureza salarial e não integrará a remuneração do empregado para quaisquer finalidades.

6.4 AUXÍLIO CRECHE

As empresas que não tenham condições de manter uma creche própria **poderão optar** em celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, ou ainda se preferirem poderão reembolsar diretamente os trabalhadores que detenham a guarda do menor, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do piso da categoria, por mês e por filho(a)(s), com idade entre 0 (zero) a 5 (cinco) anos, inclusive nas férias e demais interrupções do contrato de trabalho.

§ 1º - O benefício de que trata esta cláusula tem natureza indenizatória e não integra o salário para qualquer efeito ou direito em verbas salariais ou rescisórias, bem como não tem incidência de quaisquer encargos fiscais e trabalhistas;

§ 2º - É obrigatório apresentação de inscrição do filho(a)(s) na instituição pública e/ou privada (creche) para o recebimento do benefício. Ainda, deverá apresentar o empregado junto a empresa, a cada período de 6 (seis) meses, uma declaração de frequência do seu filho(a)(s) junto a instituição (creche), com frequência superior a 80% (oitenta por cento);

§ 3º - O benefício será concedido em conjunto ao pagamento da remuneração mensal do empregado, ou seja, até o 5ª (quinto) dia útil de cada mês.

6.5 PREVENÇÃO ÀS ATITUDES ANTISSINDICAIS

As deliberações sindicais dos empregados deverão ser acatadas pelas empresas sem interferência junto aos trabalhadores.

Maringá, 23 de outubro de 2024.


José Antônio Rodrigues
Presidente – Sindmetalúrgicos

